

C FRAUDES NAS COTAS

Foram 57 casos registrados neste ano, contra apenas 11 no ano passado

Número de denúncias cresceu 418% na Ufam



Euzivaldo Queiroz - 04/out/2020

Ao todo, 43 processos administrativos foram abertos neste ano

GABRIEL VERAS
cidades@acritica.com

O número de denúncias por fraude em cotas raciais recebidas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) cresceu cerca de 418% em 2020, saltando de 11 para 57 casos em comparação com todo o ano de 2019. Os dados foram obtidos por A CRÍTICA por meio da Lei de Acesso à Informação.

Segundo o levantamento,

que detalha as denúncias em 30 páginas, o curso de Medicina foi o maior alvo de denúncias, com 16 casos denunciados e 15 em investigação; seguido por Direito (com 6 denúncias); Engenharia Química (4); Ciências Contábeis, Psicologia e Letras - Língua Inglesa (com 3 casos cada).

No início de maio, em meio aos protestos contra o racismo em Manaus, um perfil criado em na rede social Twitter expôs fotos de alunos que teriam

ingressado na universidade usando cotas raciais que não condizem com a etnia.

O caso "viralizou" na web e o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) anunciou que investigaria as denúncias.

Na época, a Ufam divulgou que "todas as denúncias recebidas pelos canais oficiais são apuradas por Comissão constituída com esta finalidade".

Os dados revelam, no entanto, que das 57 denúncias oficial-

mente recebidas pela Universidade, apenas 43 processos administrativos foram formalizados.

Segundo a Ufam, essa diferença se deve às muitas denúncias de fraude recebidas no mês de junho, "que incluíam no mesmo processo administrativo vários discentes".

Em 2019, após uma série de publicações similares às exposições de junho, a Ufam criou um grupo de trabalho com 10 servidores para a elaboração

MPF investigará casos expostos na web

⊕ No dia 5 de junho, Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) informou que iria apurar as denúncias de fraudes no sistema de cotas raciais da Ufam.

No dia anterior, um perfil do Twitter divulgou fotos e nomes de candidatos que ingressaram na instituição de ensino superior, via Processo Seletivo Contínuo (PSC), usufruindo da lei 12.711 /2012, conhecida como Lei das Cotas. As fotos

divulgadas pelo perfil Auto Declarados Cota - Manaus (@fraudeam) mostravam a distinção de etnia entre os candidatos aprovados no PSC por meio de cota racial destinada a negros, pardos e indígenas. Os acadêmicos, segundo o perfil, não condiziam com as etnias abrangidas pela lei federal. O MPF-AM informou em nota enviada ao A CRÍTICA, que o material será encaminhado para distribuição e apuração.

Ufam fala em validade da autodeclaração

⊕ Por lei, a raça é definida por autodeclaração. Uma das soluções encontradas por universidades Brasil afora foi a criação de bancas de hetero-identificação, que analisam as características físicas do candidato, de forma complementar à autodeclaração.

Segundo a acadêmica Kevellyn Jéssica, a falha está na aplicação da política de cotas por parte da universidade, pois

"não há averiguação adequada dos requisitos do IBGE, que seria a consolidação de uma banca de hetero-identificação".

Em nota, a Ufam explicou que parte do pressuposto legal da validade da autodeclaração.

Para a aluna, a universidade deveria remanejar as matrículas canceladas nos processos administrativos para que alunos alvo dessas políticas públicas sejam atingidos.

de uma comissão de hetero-identificação na universidade. Mas, a banca só é acionada em casos de suspeita de fraude.

Dos 11 processos administrativos abertos pela Ufam em 2019 para apurar as denúncias, apenas três resultaram no cancelamento da matrícula (quando a universidade concluiu que houve fraude no sistema de cotas).

Outros dois alunos desistiram da matrícula assim que o processo foi iniciado; cinco discentes tiveram a autodeclaração homologada e três processos ainda estão em tramitação.

Em relação às denúncias de 2020, segundo a Ufam, todos os

casos ainda estão em andamento.

A historiadora, ativista do movimento negro e aluna de Filosofia na federal Kevellyn Jéssica afirma que as fraudes no sistema de cotas são recorrentes. "É muito importante falar da questão do fenótipo. Muitas pessoas costumam usar o pai, a mãe ou algum parente racializado para legitimar o pardo. Mas, o IBGE deixa claro que a hetero-identificação é um processo de fenótipo e não genótipo", observa a acadêmica.

Kevellyn ressalta que muitas das denúncias envolvem "pessoas que estão em classes privilegiadas e são brancos ocupando vagas que não lhe pertencem".

C DENÚNCIA

Empresário relata sequência de agressões, inclusive dentro de delegacia, após confusão por causa de som alto

Agressão policial em Iranduba

Uma festa de aniversário realizada na tarde de domingo em Iranduba, na Região Metropolitana de Manaus, acabou com tiros de pistola e denúncia de agressão policial no 31º Distrito Integrado de Polícia (DIP). O administrador de empresas José Carlos Lima Neto, 24, celebrava a data ao lado de familiares na residência do pai, o empresário Marcelo Melo de Lima, 47, localizada na rua Valparaíso, Ramal do Chisa.

Por volta das 21h20, o sargento da Polícia Militar e ex-candidato a vereador Jussandro Said, que mora numa casa ao lado, reclamou do volume da música. A família atendeu ao pedido, mas logo Said voltou à rua com expres-

“ Não nos deixaram fazer B.O porque alegaram que esse tipo de situação se resolve na corregedoria”

Stephanye Sena, 24 anos

são ameaçadora. "Meu sogro foi questionar o que estava incomodando ele, em seguida meu noivo

se aproximou e pediu que o pai voltasse para casa, porque o vizinho precisaria de nós. Afinal, nas eleições sempre somos importantes para esse tipo de gente", relatou a auxiliar de arquivo Stephanye Sena, 24, em post publicado numa rede social.

A declaração teria irritado Said, que tentou agredir Marcelo antes de entrar em casa para buscar uma pistola com a qual efetuou cinco disparos - dois na direção dos homens e três no chão. Sena conta que, diante da confusão, policiais do quartel da PM em frente à residência saíram em defesa do colega, aplicando chutes e empurrões nos convidados. Marcelo dirigiu-se ao 31º DIP



Divulgação

Homem apresenta diversas marcas do espancamento, ocorrido no último domingo

DJD promete investigar o caso

⊕ Em nota, a PM informou que a Diretoria de Justiça e Disciplina (DJD) deverá instaurar um procedimento administrativo, "no qual todos os elementos apresentados durante o processo investigatório serão apurados na forma transparente que o caso requer".

para registrar o Boletim de Ocorrência (B.O). Ao entrar na delegacia, o empresário teria recebido um golpe de mata-leão de um policial que o conduziu até um corredor, onde foi agredido com chutes e pontapés por vários oficiais. A família vai processar os agressores.

C EM FLAGRANTE

Dez homens faziam a fundição do material, avaliado em R\$ 315 mil

Grupo é preso pela PM com 1 kg de ouro ilegal

Dez homens, entre eles um identificado como Paulo Celso Almeida, de 59 anos, foram presos em flagrante por policiais do Comando de Operações Especiais (COE), da Polícia Militar, quando faziam fundição de 1.088,95 gramas de ouro extraído ilegalmente. O grupo foi encaminhado à sede da Superintendência Regio-

nal da Polícia Federal (PF) no Amazonas, no bairro Dom Pedro, Zona Oeste da capital.

A prisão aconteceu por volta da meia-noite de ontem em uma das salas do edifício Fórum Business, na avenida André Araújo, bairro Aleixo, Zona Centro-Sul da capital. De acordo com a Polícia Militar, os policiais che-

garam aos homens por meio de uma denúncia anônima dando conta de que indivíduos estariam negociando ouro ilegal.

Ao chegarem no local indicado, os policiais afirmam que constataram a existência dos fatos.

No local, foram apreendidos materiais diversos utilizados na fundição de ouro, cinco veículos,



Divulgação

Material estava sendo fundido e foi levado à sede da Polícia Federal em Manaus

sendo dois Corollas, um Etios, um HB 20 Sedan e uma picape L200. Foram apreendidos 13 celulares marcas diversas, 16 cheques assinados, quatro cheques totalizando R\$ 47.638 reais, um RG falso e R\$ 2.493 em espécie.

O ouro ilegal apreendido está avaliado em R\$ 315.632.

De acordo com informações da polícia, os homens presos atuavam na extração ilegal de ouro em uma região do Baixo Solimões, próximo a Manaus.

A operação contou com o apoio de agentes da Secretaria Executiva Adjunta de Operações, da Secretaria de Segurança Pública (Seaop/SSP), em ação conjunta na operação Hórus